



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECCIONAIS: AC – AL – AM – AP – BA – CE – DF – ES – GO – MA
MS – MT – PA – PB – PE – PI – RN – SE – TO

Nome do examinando:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Área:

Cidade de realização da prova:

Assinatura do examinando:

Exame de Ordem 2007.2

CADERNO DE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL E DE TEXTOS DEFINITIVOS

Aplicação: 30/9/2007

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém uma proposta para redação de peça profissional e cinco questões práticas, acompanhadas de páginas para os respectivos textos definitivos.
- 2 Assine apenas no local apropriado, no cabeçalho desta página.
- 3 **Atenção! As páginas de textos definitivos deste caderno são os únicos documentos que servirão de base para a avaliação da sua prova prático-profissional.**
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais.
- 6 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Tanto na peça profissional quanto nas cinco questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecida será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- 8 Caso a peça profissional e(ou) as respostas dadas às questões exijam identificação, utilize apenas a palavra ADVOGADO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do examinando em local indevido.
- 9 É obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**. **Texto definitivo escrito a lápis (grafite) será anulado**. Será também anulado texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos **textos definitivos**, sob pena de ter sua prova anulada.
- 11 Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. **Lembre-se:** parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade.
- 12 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

O Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado X, órgão judicial com atribuições disciplinares, emitiu o provimento n.º Y, datado de 6/6/2007 e publicado nessa data, determinando, em seu art. 3.º, que os advogados “serão atendidos, nos escritórios de Justiça de primeira instância e nos cartórios de segunda instância, a partir das 10 horas”, reservando-se o intervalo das 9 às 10 horas “ao expediente interno das unidades cartorárias.”

O presidente da Seção da OAB do Estado X pretende impugnar o referido provimento, sob o argumento de que estaria sendo violado o art. 7.º, inciso VI, alínea c, da Lei n.º 8.906/1994, que permite ao advogado “ingressar livremente (...) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial (...), dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado.”

Requerida administrativamente a revogação do art. 3.º do provimento n.º Y, o presidente do Conselho, que é também presidente do Tribunal de Justiça do Estado X, defendeu a legalidade do ato, já que este estaria apoiado no regimento interno do tribunal, elaborado de acordo com o inciso I do art. 96 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece a competência do Conselho de Magistratura do referido tribunal para disciplinar os serviços internos do tribunal de justiça, em nome do tribunal de justiça.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica da seção da OAB do estado X entendeu pela inviabilidade da impetração de vários mandados de segurança individuais para cada advogado daquela seção. Sustentou ainda pela inviabilidade da via do mandado de segurança individual, já que isso representaria uma impetração contra a lei em tese. Por outro lado, destacou que o regimento interno do respectivo tribunal atribui a competência do Conselho Especial para julgar mandados de segurança, *habeas data* e *habeas corpus* contra ato de membro ou órgão do tribunal de justiça.

A presidência da Seção da OAB do estado X, concordando em parte com os argumentos de sua assessoria jurídica, requereu ao advogado da instituição que preparasse a ação judicial cabível à espécie, na defesa dos advogados inscritos naquela seção.

Na qualidade de advogado da seção da OAB do estado X, redija a peça jurídica mais adequada ao caso em tela, a qual deve ser datada com o último dia do prazo decadencial ou prescricional, com os argumentos que entender cabíveis, em especial os argumentos da assessoria jurídica e do presidente do conselho, atentando, ainda, para os seguintes pontos:

1. competência do órgão julgador;
2. legitimidade ativa e passiva;
3. argumentos em prol da ilegalidade do provimento n.º Y;
4. outros requisitos formais da peça judicial proposta.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

NÃO HÁ TEXTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 3/5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 4/5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 5/5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

NÃO HÁ TEXTO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 1

Nos autos de uma ação civil pública, foi pedido que não fosse aplicada determinada lei, tendo em vista sua inconstitucionalidade.

A propósito dessa situação, responda, de forma fundamentada, ao seguinte questionamento: a ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade das leis?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 1

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

Antônio, deputado federal, recebeu vantagens indevidas em razão do seu cargo eletivo e foi condenado por falta de decoro parlamentar.

Acerca dessa situação hipotética, responda, de modo fundamentado, aos seguintes questionamentos:

- ▶ Qual o órgão competente para julgar e condenar Antônio por falta de decoro?
- ▶ Antônio pode renunciar ao mandato, visando a não-aplicação da penalidade?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 2

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

O presidente da República apresentou projeto de lei ordinária que altera a organização do Ministério Público da União.

Frete a essa situação hipotética, responda: há alguma inconstitucionalidade nesse projeto de lei? Fundamente a sua resposta.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 3

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

A Medida Provisória n.º X, publicada no dia 11/9/2001, determinou a abertura de crédito extraordinário no orçamento da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, para atender despesas decorrentes de enchentes ocorridas no sul do estado de Minas Gerais.

O referido ministério imediatamente promoveu, juntamente com o estado e com os municípios envolvidos, a aquisição dos materiais necessários ao atendimento da população, como água, alimentação, remédios e vestuário, bem como possibilitou o alojamento temporário dos desabrigados em ginásios, estádios e outros prédios públicos dos municípios vizinhos, o que acabou por atender àquela situação.

No entanto, a referida medida provisória, até a presente data, não foi analisada pelo Congresso Nacional.

Com base na situação hipotética em apreço, responda, de modo justificado, às seguintes indagações:

- ▶ A medida provisória pode ser utilizada na espécie?
- ▶ Diante da inércia do Congresso Nacional, continua em vigor a referida medida provisória?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

Uma lei estadual, publicada em 1987, estabeleceu que a remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargo em comissão de determinada autarquia devem ser remunerados por meio de múltiplos do salário mínimo, nacionalmente unificado.

O governador do estado em questão pretende impugnar a constitucionalidade dessa norma, sob o argumento de que estaria sendo violada a parte final do inciso IV do art. 7.º da Constituição Federal de 1988, que veda a vinculação ao salário mínimo na espécie.

Considerando essa situação hipotética, responda, de modo fundamentado, às perguntas a seguir:

- ▶ Qual é a medida judicial cabível na espécie para impugnar o citado ato no controle concentrado de constitucionalidade?
- ▶ Como é feito o pedido de medida liminar na espécie?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!